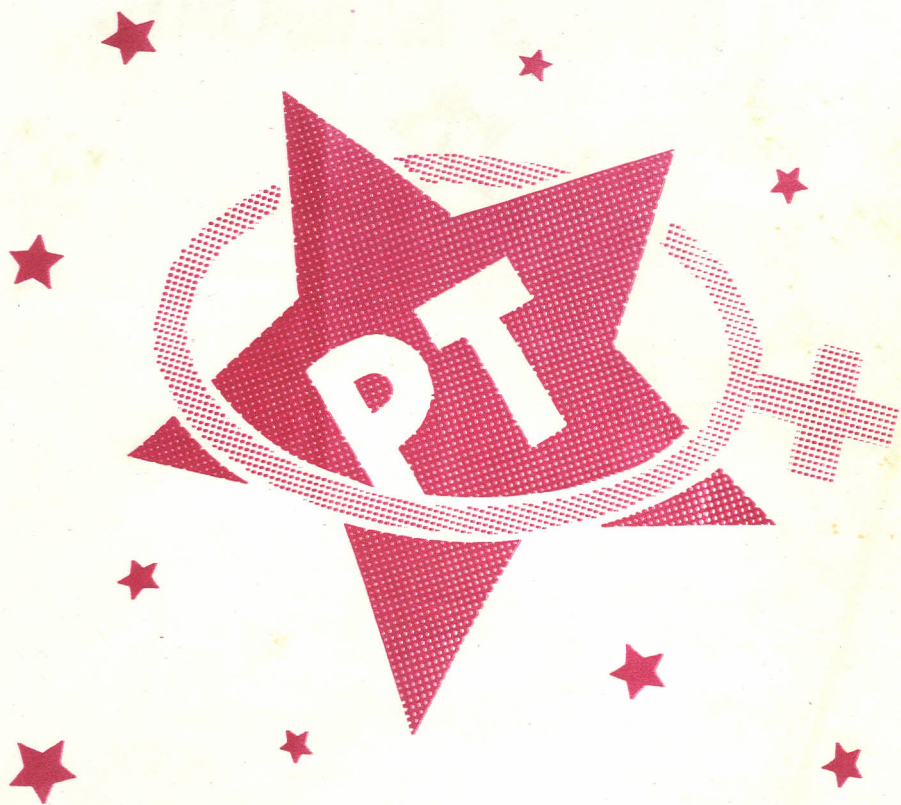


"Agora, eu sou uma estrela..."



No 6º Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores aprovou as bases políticas do Programa de Ação Governamental - PAG para a candidatura Lula.

Neste programa o PT assume o compromisso com uma plataforma política de combate à discriminação das mulheres, reconhecendo a importância da Ação do Governo democrático-popular com políticas públicas nas diferentes áreas em relação às mulheres.

POR UM BRASIL DE HOMENS E MULHERES LIVRES E IGUAIS



O PT reconhece a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade brasileira. Entende que além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis e se expressa em todas as esferas, econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não podem ser resolvidas apenas no combate ideológico mas exige o desenvolvimento de políticas públicas que ataquem diretamente as formas de discriminação e da opressão.

Porque a discriminação das mulheres se manifesta nas várias esferas da vida social e cultural ela deve ser enfrentada também nas diretrizes gerais que norteiam a política do PT.

Os objetivos deste programa são dois:

- 1 - a igualdade econômica e social de homens e mulheres na sociedade brasileira.
- 2 - a plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.

METAS E DIRETRIZES PARA UM PROGRAMA DE IGUALDADE

Se a sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das massas populares, as mulheres principalmente as mulheres negras se encontram invariavelmente entre os grupos mais penalizados.

Em 1984, setenta mil mulheres brasileiras morreram de parto e aborto por falta de atenção médica e 44,4% das mulheres brasileiras são esterelizadas, seu corpo é posto sob o controle dos interesses estratégicos que visam a diminuição das populações do Terceiro Mundo.

As mulheres são discriminadas também no mercado de trabalho: 58% delas ganham entre 0 e 1 salário mínimo, enquanto 33,8% dos homens estão nesta faixa. Apenas 7,2% das mulheres ganham mais de 5 salários mínimos enquanto 16,5% dos homens recebem este salário.

Na educação, a discriminação maior recai sobre as mulheres negras e mestiças: 48,6% das negras e 47,8% das mestiças têm menos de 1 ano de estudo.

A cidadania das mulheres ainda é e continuará sendo de segunda categoria,

enquanto milhares de mulheres forem espancadas em suas próprias casas, esturpadas e desrespeitadas nas ruas e no trabalho. Nem mesmo os direitos assegurados pela Constituição são respeitados e as trabalhadoras vêm sofrendo perseguições através da exigência de controle de fertilidade.

O reconhecimento desta desigualdade coloca para o PT o desafio de buscar, ao nível das políticas sociais, os mecanismos que permitam às mulheres igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social.

As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de pensar uma democratização radical do Estado e o fortalecimento da participação popular que inclua também a participação política das mulheres na formulação das políticas públicas através de um organismo de articulação destas políticas e através de incentivos e metas que apontem a necessidade de participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira.

Enquanto os mecanismos de reprodução da discriminação que sofrem as mulheres não forem objeto de uma política que integre a luta contra a discriminação a todos os níveis de atuação do governo não haverá democracia.

Por isso, o programa do PT, hoje, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres neste últimos anos no Brasil, entende que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira é um dos objetivos principais e gerais de seu programa, que será implementado através de suas políticas sociais, articulado por um organismo federal.

CINCO METAS PARA A IGUALDADE

1 - Trabalho doméstico, trabalho assalariado e mercado de trabalho:

Desenvolvimento e incentivos a programas a nível federal, estadual e municipal para criar equipamentos sociais (creches, restaurantes, lavanderias etc.) para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade. Punição de toda a discriminação de sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil no trabalho. Aplicação dos direitos trabalhistas integrais das mulheres trabalhadoras, das gestantes, das domésticas e das trabalhadoras rurais. Promoção de políticas que visem a profissionalização das mulheres, e assegurem o acesso ao mercado de trabalho, sem restrições de profissão ou de postos, e a igualdade na qualificação de seu trabalho e no salário.

2 - Saúde e Direitos Reprodutivos

Implantação de uma política de saúde para a mulher que envolva todas as fases de sua vida, integrando a sexualidade, menstruação, prevenção do câncer, fertilidade, gestação ou interrupção da gravidez. Garantia do direito a optar pela maternidade e do acesso à contracepção, através de métodos não nocivos à saúde, proibindo-se aqueles métodos já condenados e estimulando-se a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos femininos e masculinos. Normatização e fiscalização da esterilização para evitar esterilização massiva e indiscriminada das mulheres. Assistência obrigatória na rede pública de saúde para os

casos de aborto previstos em lei. O governo deverá desencadear iniciativas para o estabelecimento de legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada e para implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna causada pela deficiência de atendimento à gestação, parto e aborto.

3 - Defesa das Mulheres Contra a Violência

Promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança das mulheres contra a violência através da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias de atendimento especializado e abrigos para mulheres vítimas de violência. Promoção de políticas preventivas junto à população, apontando o caráter sexista da violência pública e privada contra as mulheres.

4 - Por uma Educação Não Sexista

Promoção de políticas visando eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais e raciais na educação. Garantir às mulheres acesso à formação profissional, fornecendo condições para a sua plena participação profissional, política e social nas áreas urbanas e rurais.

5 - Estruturação Institucional: Um Ministério ou Secretaria Especial

É papel do Governo democrático-popular definir prioridades na elaboração de políticas públicas que combatam a discriminação das mulheres. O governo do PT deverá criar um organismo - Ministério ou Secretaria Especial - que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar com outras instâncias federais as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

Entre nessa campanha
Organize as mulheres dentro dos Comitês Populares
Forme um Comitê de Mulheres
Procure o Comitê de Campanha mais próximo de sua
casa ou local de trabalho
COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES DO PT
DIRETÓRIO REGIONAL - SÃO PAULO - FONE: 284.6522

LULA
PRESIDENTE
VICE - BISOL

Frente
Brasil,
POPULAR
★ PT
☆ PSB
▲ PCdoB